



POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ORIGEM, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Marli Teresinha Barro¹
Cesar Ribolli²

As políticas públicas representam um campo essencial para compreender as ações do Estado e seus impactos na sociedade. No Brasil, a análise das políticas públicas educacionais ganha destaque diante da necessidade de articular planejamento estratégico, equidade e qualidade no ensino. Conforme Souza (2006), o estudo das políticas públicas surgiu nos Estados Unidos, rompendo com a tradição europeia que se concentrava na análise do Estado e de suas instituições. Essa nova perspectiva passou a observar o governo em ação, investigando os processos de formulação, implementação e avaliação das decisões governamentais. No contexto brasileiro, as políticas públicas educacionais assumem papel estratégico na democratização do acesso à educação, na redução das desigualdades e na promoção da transformação social. Instrumentos como o Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) exemplificam esforços voltados a garantir uma política educacional mais equitativa e de qualidade. Contudo, a análise das políticas públicas não deve se restringir ao campo normativo, mas considerar também os processos decisórios, as disputas políticas e os resultados concretos obtidos. Frey (1997) propõe que a análise de políticas públicas envolva três dimensões interdependentes: *polity*, que corresponde às estruturas institucionais; *politics*, que abrange as relações de poder e os processos de decisão; e *policy*, que diz respeito ao conteúdo e às ações efetivas das políticas. A partir dessa abordagem, a análise das políticas públicas educacionais no Brasil revela avanços significativos, mas também desafios persistentes. Entre os avanços, destacam-se a ampliação do acesso à educação básica e superior, a consolidação de mecanismos de financiamento e a criação de parâmetros curriculares nacionais. No entanto, persistem desigualdades regionais, dificuldades na formação e valorização docente e a descontinuidade administrativa entre gestões, o que compromete a efetividade e a sustentabilidade das ações implementadas. As políticas públicas frequentemente sofrem interferências de disputas políticas e econômicas, refletindo a complexidade do cenário educacional brasileiro. A efetividade dessas políticas depende da articulação entre formulação, execução e avaliação, além da coordenação entre União, estados e municípios e da participação ativa da sociedade civil. É nesse processo que se materializam os princípios da equidade e da justiça social, fundamentais para uma educação democrática e inclusiva. Compreender políticas públicas, conforme destaca Souza (2006), é compreender o governo em ação, suas escolhas e impactos na vida social. No campo educacional, isso implica reconhecer que as políticas não se

¹M. T. Barro () <http://lattes.cnpq.br/5362359955110893> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, RS, Brasil a072959@uri.edu.br

²C. Ribolli ().Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, RS, Brasil.

limitam a instrumentos técnicos, mas resultam de processos políticos e sociais que refletem valores, interesses e disputas. Assim, a análise das políticas educacionais brasileiras evidencia um movimento contínuo entre metas, resultados e reestruturações, buscando assegurar equidade e qualidade no ensino. Apesar dos desafios, há potencial para o fortalecimento de políticas mais integradas, participativas e comprometidas com a justiça social. Em síntese, a consolidação de uma educação pública de qualidade depende da continuidade das políticas, do investimento na formação docente e da participação social como elementos essenciais para o avanço da educação e da cidadania no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. Qualidade. Justiça Social, Equidade.

